



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS EXPLICATIVAS

Instituição Adventista Sul Brasileira de Educação

31 de dezembro de 2015 e 2014

com Relatório dos Auditores Independentes
e Relatório da Administração



Índice

31 de dezembro de 2015 e 2014

Índice

DADOS DA INSTITUIÇÃO	3
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	8
BALANÇO PATRIMONIAL (ATIVO)	9
BALANÇO PATRIMONIAL (PASSIVO)	10
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	11
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - CONTINUAÇÃO	12
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO (Nota 11)	13
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14
NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	15
NOTA 01 CONTEXTO OPERACIONAL	15
NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	15
NOTA 03 – SUMARIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS	15
NOTA 04 - CONTAS A RECEBER	18
NOTA 05 – REALIZÁVEL A LONGO PRAZO (ATIVO NÃO-CIRCULANTE)	19
NOTA 06 - IMOBILIZADO E INTANGÍVEL (ATIVO NÃO-CIRCULANTE)	19
NOTA 07 - OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO (PASSIVO CIRCULANTE)	20
NOTA 08 - REALIZÁVEL A LONGO PRAZO (PASSIVO NÃO CIRCULANTE)	20
NOTA 09 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21
NOTA 10 - REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS	21
NOTA 11 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC) - MÉTODO UTILIZADO INDIRETO	21
NOTA 12 - PROVISÃO PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES	21
NOTA 13 - RECEITAS	21
NOTA 14 - OUTRAS RECEITAS / DESPESAS	22
NOTA 15 - DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	22
NOTA 16 - COBERTURA DE SEGUROS	22
NOTA 17 - IMUNIDADE TRIBUTÁRIA	22
NOTA 18 - DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS	22
NOTA 19 - CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDAS (ISENTAS)	23
NOTA 20 – OBRIGAÇÕES DA EDUCAÇÃO PARA FINS DE CERTIFICAÇÃO	24
NOTA 21 - DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO DE BOLSAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA	24
NOTA 22 - DA CONCESSÃO DOS RECURSOS EM ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO BÁSICA	25
NOTA 23 - DEMONSTRATIVO DE BOLSAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR (ENTIDADE COM Prouni)	26
NOTA 24 – DEMONSTRAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DO ENSINO SUPERIOR (ENTIDADE COM Prouni)	27
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	28
DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO	30

Instituição Adventista Sul Brasileira de Educação

Dados da Instituição

31 de dezembro de 2015 e 2014



DADOS DA INSTITUIÇÃO

Sede Matriz:

Instituição Adventista Sul Brasileira de Educação

CNPJ 76.726.884/0001-28

Rua João Carlos de Souza Castro, 82 – Guabirota – Curitiba / PR

Sedes Administrativas:

Sede Administrativa Região Central Paranaense

CNPJ 76.726.884/0123-04

Rua Deputado João Ferreira Neves, 159 – Vista Alegre – Curitiba / PR

Sede Administrativa Região Sul Paranaense

CNPJ 76.726.884/0052-78

Avenida Senador Salgado Filho, 5280 – Uberaba – Curitiba / PR

Sede Administrativa Região Norte Paranaense

CNPJ 76.726.884/0119-10

Avenida Carlos Correia Borges, 1336 – Jardim Iguazu – Maringá / PR

Sede Administrativa Região Oeste Paranaense

CNPJ 76.726.884/0066-73

Rua Pernambuco, 1564 – Centro – Cascavel / PR

Sede Administrativa Região Sul Catarinense

CNPJ 76.726.884/0059-44

Rua Gisela, 900 Barreiros – São José / SC

Sede Administrativa Região Norte Catarinense

CNPJ 76.726.884.0126/49

Rua Joaçaba, 355 – Saguçu – Joinville / SC

Internatos:

Instituto Adventista Paranaense

CNPJ 76.726.884/0003-90

Gleba Paissandu, Lote 80 – Zona Rural – Ivatuba / PR

Instituto Adventista de Educação de Santa Catarina

CNPJ 76.726.884/0044-68

Rodovia BR 101, Km 64 – Corveta – Araquari / SC

Faculdade:

Faculdade Adventista Paranaense

CNPJ 76.726.884/0124-87

Gleba Paissandu, Lote 80 – Zona Rural – Ivatuba / PR

Instituição Adventista Sul Brasileira de Educação

Dados da Instituição

31 de dezembro de 2015 e 2014



Unidades Escolares:

Colégio Adventista do Alto Boqueirão

CNPJ 76.726.884/0055-10

Rua Bom Pastor, 606 – Alto Boqueirão – Curitiba / PR

Colégio Adventista Curitibano do Bom Retiro

CNPJ 76.726.884/0053-59

Rua Lysimaco Ferreira da Costa, 980 – Bom Retiro – Curitiba / PR

Colégio Adventista do Centenário

CNPJ 76.726.884/0067-54

Rua Argélia, 85 – Cajuru – Curitiba / PR

Colégio Adventista de Telêmaco Borba

CNPJ 76.726.884/0031-43

Rua Professor Ney de Oliveira Pimenta, 84 – Centro – Curitiba / PR

Colégio Adventista do Boa Vista

CNPJ 76.726.884/0057-82

Rua Fernando de Noronha, 470 – Santa Cândida – Curitiba / PR

Colégio Adventista do Boqueirão

CNPJ 76.726.884/0015-23

Rua Tenente Francisco Ferreira de Souza, 2218 – Boqueirão – Curitiba / PR

Colégio Adventista do Portão

CNPJ 76.726.884/0016-04

Rua Maranhã, 06 – Portão – Curitiba / PR

Colégio Adventista de Campo Mourão

CNPJ 76.726.884/0010-19

Rua Roberto Brzezinski, 1509 – Centro – Campo Mourão / PR

Colégio Adventista de Cascavel

CNPJ 76.726.884/0011-08

Rua Pernambuco, 343 – Centro – Cascavel / PR

Colégio Adventista de Foz do Iguaçu

CNPJ 76.726.884/0048-91

Avenida República Argentina, 530 – Centro – Foz do Iguaçu / PR

Colégio Adventista de Guarapuava

CNPJ 76.726.884/0021-71

Rua Conego Braga, 1250 – Centro – Guarapuava / PR



Instituição Adventista Sul Brasileira de Educação

Dados da Instituição

31 de dezembro de 2015 e 2014

Colégio Adventista de Londrina

CNPJ 76.726.884/0024-14

Avenida Universo, 184 – Jardim Shangri-la – Londrina / PR

Colégio Adventista de Maringá Zona 4

CNPJ 76.726.884/0025-03

Rua Luiz Gama, 818 – Zona 4 – Maringá / PR

Colégio Adventista de Paranaguá

CNPJ 76.726.884/0026-86

Rua Arthur Bernardes, 239 – Alvorada – Paranaguá / PR

Colégio Adventista de São José dos Pinhais

CNPJ 76.726.884/0058-63

Rua Margarida de Araújo Franco, 1916 – Centro – São José dos Pinhais / PR

Colégio Adventista de Florianópolis Centro

CNPJ 76.726.884/0095-08

Rua Visconde de Ouro Preto, 347 – Centro – Florianópolis / SC

Colégio Adventista de Florianópolis Estreito

CNPJ 76.726.884/0101-90

Rua Dom Daniel Hostin, 129 – Jardim Atlântico – Florianópolis / SC

Colégio Adventista de Indaial

CNPJ 76.726.884/0102-71

Rua Expedicionário Hercílio Gonçalves, 233 – Nações – Indaial / SC

Colégio Adventista de Itajaí

CNPJ 76.726.884/0086-17

Rua Brusque, 228 – Centro – Itajaí / SC

Colégio Adventista de Joinville Saguçu

CNPJ 76.726.884/0087-06

Rua Casemiro de Abreu, 100 – Saguçu – Joinville / SC

Colégio Adventista de São Francisco do Sul

CNPJ 76.726.884/0090-01

Rua Augusto Afonso dos Santos, 2 – Centro – São Francisco do Sul / SC

Escola Adventista de Apucarana

CNPJ 76.726.884/0006-32

Avenida Munhoz da Rocha, 1925 – Centro – Apucarana / PR

Instituição Adventista Sul Brasileira de Educação

Dados da Instituição

31 de dezembro de 2015 e 2014



Escola Adventista de Araucária

CNPJ 76.726.884/0042-04

Rua Rodolfo Hasselmann, 120 – Centro – Curitiba / PR

Escola Adventista de Castro

CNPJ 76.726.884/0012-80

Rua Princesa Isabel, 526 – Centro – Castro / PR

Escola Adventista de Cianorte

CNPJ 76.726.884/0039-09

Avenida América, 4923 – Zona 2 – Cianorte / PR

Escola Adventista de Goioerê

CNPJ 76.726.884/0019-57

Avenida Libertadores da América, 101 – Centro – Goioerê / PR

Escola Adventista de Guaíra

CNPJ 76.726.884/0020-90

Rua Bandeirantes, 1705 – Centro – Guaíra / PR

Escola Adventista de Maringá Zona 7

CNPJ 76.726.884/0117-58

Rua Floriano Peixoto, 768 – Zona 7 – Maringá / PR

Escola Adventista de Ponta Grossa

CNPJ 76.726.884/0028-48

Rua Tiradentes, 500 – Centro – Ponta Grossa / PR

Escola Adventista de Santa Efigênia

CNPJ 76.726.884/0060-88

Rua Guilherme Butler, 792 – Santa Efigênia – Curitiba / PR

Escola Adventista de Umuarama

CNPJ 76.726.884/0033-05

Rua José Antônio Teixeira D'Avila, 3667 – Centro – Umuarama / PR

Escola Adventista de Vista Alegre

CNPJ 76.726.884/0017-95

Rua Vereador Antenor Pamphillo dos Santos, 269 – Vista Alegre – Curitiba / PR

Escola Adventista Guaraqueçaba

CNPJ 76.726.884/0112-43

Rua Superagui, 214 – Centro – Guaraqueçaba / PR

Instituição Adventista Sul Brasileira de Educação

Dados da Instituição

31 de dezembro de 2015 e 2014



Escola Adventista União da Vitória

CNPJ 76.726.884/0034-96

Rua Paraná, 319 – Centro – União da Vitória / PR

Escola Adventista de Blumenau

CNPJ 76.726.884/0082-93

Rua Alwin Schrader, 966 – Ribeirão Fresco – Blumenau / SC

Escola Adventista de Bom Retiro

CNPJ 76.726.884/0083-74

Avenida Henrique Eduardo Boell, 87 – Centro – Bom Retiro / SC

Escola Adventista de Imbituba

CNPJ 76.726.884/0093-46

Avenida Santa Catarina, 447 – Centro – Imbituba / SC

Escola Adventista de Joinville Bom Retiro

CNPJ 76.726.884/0097-70

Rua Nova Trento, 226 – Bom Retiro – Joinville / SC

Escola Adventista de Joinville Centro

CNPJ 76.726.884/0105-14

Rua Rio do Sul, 288 – Bucarein – Joinville / SC

Escola Adventista de Joinville Costa e Silva

CNPJ 76.726.884/0105-14

Avenida Juta W G Wendel, 194 – Costa e Silva – Joinville / SC

Escola Adventista de Rio do Sul

CNPJ 76.726.884/0089-60

Rua Presidente Kennedy, 336 – Jardim América – Rio do Sul / SC

Escola Adventista de Tubarão

CNPJ 76.726.884/0091-84

Avenida Pedro Zapelini, 1495 – Santo Antônio de Pádua – Tubarão / SC

Centros de Treinamento:

Centro Adventista de Treinamento e Recreação Foz do Iguaçu

CNPJ 76.726.884/0040-34

Rodovia das Cataratas, KM 6 – Vila Yolanda – Foz do Iguaçu / PR

Centro Adventista de Treinamento e Recreação Celso Ramos

CNPJ 76.726.884/0107-86

Rua dos Recantos, 664 – Palmas – Governador Celso Ramos / SC



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos para apreciação, as Demonstrações Financeiras, as Notas Explicativas e o Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Diretoria:

Marlinton Souza Lopes

Presidente

Charles Edson Rampanelli

Diretor

Edson Erthal de Medeiros

Administrador

Carlos Alberto Blotz

Contador

CRC/PR 047958/O-1

Pablo Leonardo de Lima Ramos

Controller

CRC/PR 063935/O-1



BALANÇO PATRIMONIAL (ATIVO)

(Em Reais)

Código	Descrição da Conta	Nota Explicativa	Último Exercício 31/12/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total		234.222.836	206.077.916
1.01	Ativo Circulante	03.1	58.021.462	53.188.750
1.01.01	Caixa e Equivalente de Caixa	03.3	43.525.051	41.247.507
1.01.01.01	Caixa		52.206	56.118
1.01.01.02	Banco Conta Movimento		3.660.380	4.395.279
1.01.01.03	Banco Conta Aplicações		39.812.465	36.796.110
1.01.02	Contas a Receber	03.4 e 4	11.178.818	8.851.523
1.01.02.01	Serviços Educacionais		16.590.132	14.602.533
1.01.02.02	Clientes		782.085	284.976
1.01.02.03	Adiantamentos a Pessoal		2.054.540	751.676
1.01.02.04	Entidades Congêneres		982.218	1.279.912
1.01.02.05	Outros Créditos		2.607.688	2.713.333
1.01.02.06	(-) Deduções Crédito Liquidez Duvidosa	03.5	(11.837.845)	(10.780.907)
1.01.03	Estoques	03.6	508.071	343.030
1.01.03.01	Materiais de Consumo		508.071	343.030
1.01.04	Despesas Antecipadas		2.809.522	2.746.690
1.01.04.01	Despesas do Exercício Seguinte	03.7	2.809.522	2.746.690
1.02	Ativo Não Circulante	03.1	176.201.375	152.889.166
1.02.01	Realizável a Longo Prazo	05	424.448	98.016
1.02.01.01	Contas a Receber		20.791	17.060
1.02.01.02	Depósitos Judiciais		403.657	80.956
1.02.02	Imobilizado	03.8 e 06	175.664.481	152.777.580
1.02.02.01	Bens em Formação		34.518.110	29.723.082
1.02.02.02	Terrenos		25.424.241	21.298.728
1.02.02.03	Edifícios e Benfeitorias		142.018.012	126.289.996
1.02.02.04	Instalações		1.200.140	575.634
1.02.02.05	Móveis e Utensílios		11.745.243	9.796.032
1.02.02.06	Máquinas e Equipamentos		8.376.315	7.673.101
1.02.02.07	Equipamentos de Informática/Eletrônicos		9.336.759	7.780.101
1.02.02.08	Veículos		744.853	766.085
1.02.02.09	Outros Imobilizados		1.871.108	1.080.403
1.02.02.10	(-) Depreciação Acumulada		(59.570.300)	(52.205.582)
1.02.03	Intangível	06	112.446	13.570
1.02.03.01	Direitos de Uso de Softwares		181.521	55.575
1.02.03.02	(-) Amortização Acumulada		(69.075)	(42.005)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



BALANÇO PATRIMONIAL (PASSIVO)

(Em Reais)

Código	Descrição da Conta	Nota Explicativa	Último Exercício 31/12/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total		234.222.836	206.077.916
2.01	Passivo Circulante	07	21.306.500	22.360.792
2.01.01	Contas a Pagar	03.9	7.393.236	9.023.053
2.01.01.01	Fornecedores de Materiais e Serviços		1.721.949	2.184.444
2.01.01.02	Obrigações Tributárias		11.705	15.436
2.01.01.03	Obrigações Trabalhistas		1.762.280	1.526.523
2.01.01.04	Obrigações com Empregados		3.191.384	2.827.435
2.01.01.05	Financiamentos a Pagar		23.299	0
2.01.01.06	Fundos em Confiança		166.334	126.489
2.01.01.07	Entidade Congênere a Pagar		0	1.951.358
2.01.01.08	Outras Contas a Pagar		516.285	391.368
2.01.02	Provisões	03.11 e 12	4.503.579	4.325.748
2.01.02.01	Provisões Trabalhistas		2.419.823	1.967.999
2.01.02.02	Provisões Judiciais e Cíveis		516.122	627.307
2.01.02.03	Provisões para Contingências		1.567.634	1.730.442
2.01.03	Receitas Antecipadas	12	9.409.685	9.011.991
2.01.02.01	Adiantamento de Clientes		9.409.685	9.011.991
2.02	Passivo Não Circulante	03.1	0	71.768
2.02.01	Realizável a Longo Prazo		0	71.768
2.02.01.01	Obrigações Tributárias		0	71.768
2.03	Patrimônio Líquido	08	212.916.336	183.645.356
2.03.01	Patrimônio Social		212.916.336	183.645.356
2.03.01.01	Patrimônio Social		183.645.356	155.039.657
2.03.01.02	Superávit do Exercício		29.270.980	28.605.699

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

(Em Reais)

Código	Descrição da Conta	Nota Explicativa	Último Exercício 31/12/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
3.01	Receitas Operacionais Bruta Educação	03.13 e 13	137.119.551	124.519.035
3.01.01	Receitas Bruta Serviços Educação Básica		153.456.329	134.665.816
3.01.01.01	Serviços Educação Básica - Pagantes	13 a	122.342.523	107.591.834
3.01.01.02	Serviços Educação Básica - Dissídio Coletivo		3.133.426	2.304.218
3.01.01.03	Serviços Educação Básica - Bolsas 100%	13 b	17.662.947	15.310.740
3.01.01.04	Serviços Educação Básica - Bolsas 50%	13 b	10.317.433	9.459.024
3.01.01.05	Bolsas Parciais (Decreto 2.536/98 e 7.237/10)		0	0
3.01.02	(-) Deduções Receita Serviços Educação Básica	13 c	(42.855.903)	(37.717.199)
3.01.02.01	Descontos Incondicionais		(11.742.096)	(10.643.217)
3.01.02.02	Bolsas Educação Básica – Dissídio Coletivo		(3.133.426)	(2.304.218)
3.01.02.03	Bolsas Educação Básica – 100%		(17.662.947)	(15.310.740)
3.01.02.04	Bolsas Educação Básica – 50%		(10.317.434)	(9.459.024)
3.01.02.05	Bolsas Parciais (Decreto 2.536/98 e 7.237/10)		0	0
3.01.03	Receitas Bruta Serviços - Graduação		3.220.201	2.266.742
3.01.03.01	Serviços Graduação - Pagantes	13 a	2.278.264	815.813
3.01.03.02	Serviços Graduação - FIES		0	362.747
3.01.03.02	Serviços Graduação - PROUNI		34.012	38.041
3.01.03.03	Serviços Graduação - Bolsas 100%	13 b	842.848	947.939
3.01.03.04	Serviços Graduação - Bolsas 50%	13 b	65.077	102.202
3.01.04	(-) Deduções Receita Serviços - Graduação	13 c	(1.181.074)	(1.120.307)
3.01.04.01	Descontos Incondicionais		(239.137)	(32.125)
3.01.04.02	Bolsas Graduação – PROUNI		(34.012)	(38.041)
3.01.04.03	Bolsas Graduação – 100%		(842.848)	(947.939)
3.01.04.04	Bolsas Graduação – 50%		(65.077)	(102.202)
3.01.05	Receitas Bruta Serviços – Pós-Graduação		298.483	275.790
3.01.05.01	Serviços Pós-Graduação - Pagantes	13 a	298.483	275.790
3.01.06	Receitas de Doações, Subvenções e Outras	13 d	24.181.515	26.148.193
3.01.06.01	Subvenções Não Governamental – Livre		10.583.882	12.841.136
3.01.06.02	Doações Recebidas – Livre		409.307	218.352
3.01.06.03	Outras Receitas Educacionais		13.188.326	13.088.705
3.02	Resultado Bruto Educação		137.119.551	124.519.035
3.03	(-) Custos Despesas Operacionais Educação		(114.465.339)	(105.710.799)
3.03.01	(-) Custos e Despesas Operacionais		(114.465.339)	(105.710.799)
3.03.01.01	Despesas com Pessoal		(69.538.874)	(60.129.322)
3.03.01.02	Encargos Sociais e Previdenciários		(6.784.209)	(6.300.204)
3.03.01.03	Administrativas e Gerais		(14.520.411)	(17.034.637)
3.03.01.04	Despesas com Materiais		(4.489.680)	(3.979.780)
3.03.01.05	Conservação e Manutenção		(2.407.340)	(2.081.953)
3.03.01.06	Depreciação e Amortização		(6.814.285)	(5.562.343)
3.03.01.07	Despesas com Provisões		(4.171.221)	(5.725.298)
3.03.01.08	Encargos Tributários		(376.797)	(225.338)
3.03.01.09	Assistência, Treinamentos e Orientação Social		(5.362.522)	(4.671.924)
3.04	Resultado Líquido Educação		22.654.212	18.808.236

Continua...



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - CONTINUAÇÃO

(Em Reais)

Código	Descrição da Conta	Nota Explicativa	Último Exercício 31/12/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
3.05	Resultado Atividades Sustentáveis		385.068	206.108
3.05.01	Receitas Atividades Sustentáveis		15.346.729	11.913.100
3.05.01.04	Receitas Pensionato Internato		10.310.435	8.228.869
3.05.01.01	Alojamentos e Hospedagens		2.053.928	1.375.286
3.05.01.02	Receitas com Refeições		832.009	240.786
3.05.01.03	Receita de Direito de Propriedade		2.150.357	2.068.159
3.05.02	(-) Deduções Receita Atividades Sustentáveis		(3.752.879)	(2.906.155)
3.05.02.01	Descontos Incondicionais		(3.752.879)	(2.906.155)
3.05.03	(-) Custos e Despesas Atividades Sustentáveis		(11.208.782)	(8.800.837)
3.05.03.01	Despesas com Pessoal		(3.570.788)	(3.125.047)
3.05.03.02	Encargos Sociais e Previdenciários		(294.707)	(281.888)
3.05.03.03	Administrativas e Gerais		(1.820.522)	(1.105.176)
3.05.03.04	Despesas com Materiais		(3.336.459)	(2.723.022)
3.05.03.05	Conservação e Manutenção		(823.056)	(435.106)
3.05.03.06	Depreciação e Amortização		(1.282.505)	(1.067.084)
3.05.03.07	Despesas com Provisões		(0)	(0)
3.05.03.08	Encargos Tributários		(8.651)	(8.319)
3.05.03.09	Assistência e Orientação Social		(72.094)	(55.195)
3.06	Resultado Financeiro e Patrimonial		5.633.608	3.666.163
3.06.01	Receitas e Despesas Financeiras		5.601.331	3.547.594
3.06.01.01	Receitas Financeiras		6.762.569	4.577.620
3.06.01.02	Despesas Financeiras		(1.161.238)	(1.030.026)
3.06.02	Receitas e Despesas Patrimoniais		32.277	118.569
3.06.02.01	Receitas Patrimoniais		249.528	126.434
3.06.02.02	Despesas Patrimoniais		(217.251)	(7.865)
3.07	Resultado Outras Receitas e Despesas		598.092	5.925.192
3.07.01	Outras Receitas e Despesas	14	598.092	5.925.192
3.07.01.01	Outras Receitas		3.939.366	8.029.585
3.07.02.01	Outras Despesas		(3.341.274)	(2.104.393)
3	Superávit do Exercício	15	29.270.980	28.605.699

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO (Nota 11)

(Em Reais)

Código	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	32.655.109	38.050.636
4.01.01	Superávit do Exercício Ajustado	37.719.706	37.169.203
4.01.01.01	Superávit do Exercício	29.270.980	28.605.699
4.01.01.02	Depreciação do Imobilizado	7.364.718	6.467.209
4.01.01.03	Amortização do Intangível	27.070	6.469
4.01.01.04	Provisão Créditos de Liquidez Duvidosa	1.056.938	2.089.826
4.01.02	(Aumento) Redução Ativos Circulantes	(3.938.537)	(5.568.139)
4.01.02.01	Contas a Receber	(3.710.664)	(4.669.795)
4.01.02.02	Estoques	(165.041)	(23.306)
4.01.02.03	Despesas Antecipadas	(62.832)	(875.038)
4.01.03	Aumento (Redução) Passivos Circulantes	(1.126.060)	6.449.572
4.01.03.01	Fornecedores de Materiais e Serviços	(462.495)	1.586.965
4.01.03.02	Obrigações Tributárias, Trabalhistas e Empregados	524.207	(732.218)
4.01.03.03	Financiamentos a Pagar	23.299	0
4.01.03.04	Fundos em Confiança e Outros	(1.786.596)	1.823.823
4.01.03.05	Provisões	177.831	2.139.935
4.01.03.06	Adiantamento de Clientes	397.694	1.631.067
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(30.377.565)	(26.260.020)
4.02.01	(Acréscimo) Redução nos Investimentos	(30.377.565)	(26.260.020)
4.02.01.01	Imobilizado	(30.251.619)	(26.246.312)
4.02.01.02	Intangível	(125.946)	(13.708)
4.02.01.03	Investimento	0	0
4.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	0	0
4.02.01	Acréscimo (Redução) de Financiamentos	0	0
4.02.01.01	Pagamento de Empréstimo	0	0
4.04	Aumento (Redução) Caixa e Equivalentes	2.277.544	11.790.616
4.04.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	41.247.507	29.456.891
4.04.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	43.525.051	41.247.507

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em Reais)

Código	Descrição da Conta	Patrimônio Social	Cisão Fusão	Superávit do Exercício	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos em 31 de dezembro de 2014	155.039.657	0	28.605.699	183.645.356
5.01.01	Saldo Inicial em 01 de janeiro de 2014	137.411.826	0	17.627.831	155.039.657
5.01.02	Transferência para o Patrimônio Social	17.627.831	0	(17.627.831)	0
5.01.02.01	Superávit do Exercício 2013	17.627.831	0	(17.627.831)	0
5.01.03	Resultado do Exercício 2014	0	0	28.605.699	28.605.699
5.01.03.01	Superávit do Exercício 2014	0	0	28.605.699	28.605.699
5.02	Saldos em 31 de dezembro de 2015	183.645.356	0	29.270.980	212.916.336
5.02.01	Saldo Inicial em 01 de janeiro de 2015	155.039.657	0	28.605.699	183.645.356
5.02.02	Transferência para o Patrimônio Social	28.605.699	0	(28.605.699)	0
5.02.02.01	Superávit do Exercício 2014	28.605.699	0	(28.605.699)	0
5.02.03	Resultado do Exercício 2015	0	0	29.270.980	29.270.980
5.02.03.01	Superávit do Exercício 2015	0	0	29.270.980	29.270.980

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Reais Mil)

NOTA 01 CONTEXTO OPERACIONAL

A INSTITUIÇÃO ADVENTISTA SUL BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO, denominada nas demonstrações como Instituição, é uma associação de direito privado, de fins não econômicos e não lucrativo, de natureza jurídica filantrópica, instituída pela Organização da Igreja Adventista do Sétimo dia, e tem por objetivos e propósitos estatutários a promoção da educação em todos os seus níveis, com atuação nos estados do Paraná e Santa Catarina, nas cidades dos estabelecimentos educacionais relacionados nas páginas 03 a 07. Com atividade preponderante na área de Educação, seguindo os ditames do artigo 13 da lei nº 12.101/2009 alterada pela lei nº 12.868/2013. Possui título de Utilidade Pública Federal, conforme Decreto nº 35.672 de 20/01/1961 e título de Utilidade Pública Municipal em Curitiba/PR, conforme Decreto nº 4.367 de 21/09/1972. A entidade tem registro no Conselho Municipal de Assistência Social de Curitiba, Conselho Municipal do Idoso e da Criança e do Adolescente e com Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social na Área de Educação - CEBAS, registrado e reconhecido no Ministério da Educação tendo sua validade até o dia 19/08/2018 conforme o processo de renovação processado sob o número 23000.010597/2015-91.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras inerentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 estão apresentados em Reais.

A Instituição declara expressamente que a elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando-se como base a lei nº 11.638/2007, os termos da NBC TG 1000 aprovada pela Resolução do CFC 1.255/2009 à Resolução nº 1.185/09 do CFC e da ITG 2002 R1 aprovada pela Resolução nº 1.409/2012 do CFC que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação dos componentes, variações patrimoniais e de estruturação das Demonstrações Financeiras das entidades sem finalidade de lucros.

A administração da Instituição declara que as Demonstrações Financeiras refletem e espelham a realidade da entidade em todos os seus termos. Os resultados produzidos são frutos dos documentos arquivados e contabilizados, respondendo a administração a sociedade, pela veracidade, integralidade e procedência. A responsabilidade profissional do contabilista que referenda este conjunto de Demonstrações Financeiras está limitada aos fatos contábeis efetivamente notificados pela entidade a este profissional.

As Demonstrações Financeiras do exercício anterior, apresentados para fins de comparação, podem conter reclassificações, quando aplicáveis, para melhoria da informação e comparabilidade.

Foram elaboradas, segundo previsto na ITG 2002 (R1), as seguintes Demonstrações Financeiras comparativas: o Balanço Patrimonial - BP; a Demonstração do Resultado do Período - DRP; a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL; a Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC; e as Notas Explicativas - NE.

NOTA 03 – SUMARIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais práticas contábeis na elaboração das Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 levaram em conta ao serem elaboradas e apresentadas, as características qualitativas e quantitativas conforme determina a NBC TG 1000: Compreensibilidade, Competência, Relevância, Materialidade, Confiabilidade, Primazia da Essência sobre a Forma, Prudência, Integralidade, Comparabilidade e Tempestividade, estando assim alinhadas as práticas contábeis adotadas no Brasil.



A preparação das Demonstrações Financeiras poderá requerer que a administração faça uso de certas estimativas que possam afetar valores de ativos e passivos. Também, se necessário poderá promover a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das Demonstrações Financeiras.

A entidade elabora suas Demonstrações Financeiras usando o regime contábil de competência. No regime de competência, os itens são reconhecidos como ativo, passivo, patrimônio líquido, receitas ou despesas quando satisfazem as definições e critérios de reconhecimentos para esses itens.

03.1 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes: No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações com vencimento ou com expectativa e realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com a expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

03.2 Compensação Entre Contas: Como regra geral, nas Demonstrações Financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida, como no caso das Transferências Internas, ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

03.3 Caixa e Equivalentes de Caixa: São classificados como Caixa e Equivalentes de Caixa nas Demonstrações Financeiras, os numerários em poder da empresa e moeda corrente em caixa, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até três meses ou menos e que estão sujeitos a insignificantes riscos de mudança de valor. As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço;

03.4 Contas a Receber: As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços educacionais no decurso normal das atividades da Instituição. As contas a receber, inicialmente, são reconhecidas pelo valor nominal faturado adotando-se o critério de apropriação de receitas a receber. Se o prazo de recebimento for superior a doze meses ou inferior, se relevante, o valor do direito a receber é mensurado pelo custo amortizado aplicando-se o método da taxa de juros efetiva. Se a administração da Instituição encontrar evidências de perdas estimadas com créditos a receber a entidade reconhece imediatamente uma redução ao valor recuperável no resultado;

03.5 Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD): Esta provisão é constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos das Contas a Receber. A provisão foi calculada seguindo os critérios estabelecidos pela entidade com base na análise dos títulos e seus prováveis valores de realização;

03.6 Estoques: Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é determinado usando o método do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o custo estimado dos estoques para o consumo no curso normal das atividades da entidade;

03.7 Despesas Antecipadas: É representada por despesas do exercício seguinte, substancialmente, por valores pagos por antecipação relativos à contratação de prestação de serviços que serão prestados e trarão benefícios futuros para a entidade, serão apropriadas ao resultado pelo prazo previsto da confrontação das despesas com as receitas geradas por estes serviços.

03.8 Imobilizado: O valor justo apurado dos ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na Nota



05 e levam em consideração a vida útil e utilização dos bens. O valor contábil de itens substituídos é baixado, os outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado, todos os outros gastos são lançados em contrapartida no resultado do exercício como despesa, quando incorrido. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o mais perto do que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativa contábil. As taxas anuais de depreciação são demonstradas a seguir:

Descrição	Taxa Depreciação
Edifícios	4%
Instalações	5%
Móveis e Utensílios	10%
Máquinas e Equipamentos	10%
Equipamentos de Informática	25%
Veículos	25%
Biblioteca	10%
Softwares	33,33%

03.9 Contas a Pagar a Fornecedores: As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário das atividades e são, inicialmente, reconhecidos pelo valor da fatura. Se o prazo de pagamento for superior a doze meses ou inferior, se relevante, o valor da obrigação a pagar é mensurado pelo custo amortizado aplicando-se o método da taxa de juros efetiva para ajuste a valor presente;

03.10 Empréstimos: Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e o valor de resgate é reconhecida a demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando a taxa de juros efetiva.

03.11 Provisões - Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, se a administração tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Instituição liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é registrada mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena;

03.12 Apuração do Resultado: O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo, acordados em contrato - valores recebidos ou a receber e reconhecidas quando for provável que os benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado;

03.13 Reconhecimento das Receitas: A receita da prestação de serviços compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços educacionais no curso normal das atividades



da empresa e é apresentada líquida das contribuições, das devoluções e dos descontos incondicionais. A receita da prestação de serviços é reconhecida quando o resultado de transação envolvendo a prestação de serviços puder ser estimada de forma confiável, ou seja, quando todas as condições a seguir forem satisfeitas:

- a) o valor da receita pode ser mensurado de forma confiável;
- b) é provável que os benefícios econômicos associados com a transação fluirão para a entidade;
- c) o estágio de execução da transação ao final do período de referência pode ser mensurado de forma confiável.

03.14 Julgamento e Uso das Estimativas Contábeis: A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a administração da Instituição se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre os dados das suas demonstrações. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas, pelo menos, anualmente. As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das Demonstrações Financeiras, são:

- a) créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados pela perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) vida útil, valor residual e impairment dos ativos imobilizados e intangíveis;
- c) expectativas de realização de créditos tributários diferidos de contribuições;
- d) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Instituição.

03.15 Eventos Subsequentes: A Instituição não registrou nenhum evento subsequente que se torna necessário fazer a publicação em notas explicativas ou outras providências previstas na legislação contábil em vigor.

NOTA 04 - CONTAS A RECEBER

Os itens que compõe o saldo das Contas a Receber estão a seguir relacionados com seus respectivos valores:

Contas a Receber	31/12/2015	31/12/2014
Serviços Educacionais a Receber - Anos Anteriores	5.908.585	7.894.274
Serviços Educacionais a Receber – Educação Básica	9.039.803	5.972.714
Serviços Educacionais a Receber – Graduação	306.084	17.703
Serviços Educacionais a Receber – Pós-graduação	3.946	324
Outros Serviços a Receber	1.331.714	717.517
Clientes Nacionais a Receber	782.085	284.976
Adiantamentos para Funcionários	2.054.540	751.676
Entidade Congêneres a Receber	982.218	1.279.912
Impostos a Recuperar	3.839	0
Cheques em Cobrança	295.854	466.891
Operadoras de Cartões a Receber	2.201.406	2.090.141
Depósitos Judiciais a Receber	106.589	156.302
(-) Deduções de Créditos de Liquidação Duvidosa	(11.837.845)	(10.780.907)
Total a Receber Líquido	11.178.818	8.851.523



NOTA 05 – REALIZÁVEL A LONGO PRAZO (ATIVO NÃO-CIRCULANTE)

a) Depósito Judicial – Valor referente a um depósito judicial com previsão para realização após o término do exercício seguinte.

Realizável a Longo Prazo	31/12/2015	31/12/2014
Contas a Receber	20.791	17.060
Depósito Judicial – Processos Trabalhistas	403.657	80.956
Total a Realizável a Longo Prazo	424.448	98.016

NOTA 06 - IMOBILIZADO E INTANGÍVEL (ATIVO NÃO-CIRCULANTE)

a) Imobilizado - Os ativos Imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição ou construção, corrigidos até 31 de dezembro de 1995, conforme parâmetros estabelecidos e vigente na época. As depreciações dos bens que compõem o imobilizado foram calculadas pelo método linear a taxas anuais que levam em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens.

Imobilizado	Terrenos	Edifícios e Benfeitorias	Instalações	Móveis e Utensílios	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos Informática	Veículos	Outros	Total
Saldos 1º de janeiro 2014	17.704.227	64.925.339	57.580	4.234.405	2.935.440	2.141.297	142.410	40.857.780	132.998.478
Aquisições e Baixas	3.594.502	28.623.168	302.344	1.599.358	1.175.951	1.402.653	12.750	(10.308.666)	26.402.060
Depreciações	(0)	(4.182.356)	(12.255)	(736.466)	(562.443)	(1.005.675)	(79.183)	(44.580)	(6.622.958)
Saldos 31 de dezembro 2014	21.298.729	89.366.151	347.669	5.097.297	3.548.948	2.538.275	75.977	30.504.534	152.777.580
Custo do Imobilizado	21.298.729	126.289.997	575.634	9.796.032	7.673.101	7.780.101	766.085	30.803.484	204.983.163
Depreciação Acumulada	(0)	(36.923.846)	(227.965)	(4.698.735)	(4.124.153)	(5.241.826)	(690.108)	(298.950)	(52.205.583)
Valor Residual	21.298.729	89.366.151	347.669	5.097.297	3.548.948	2.538.275	75.977	30.504.534	152.777.580
Saldos 1º de janeiro 2015	21.298.729	89.366.151	347.669	5.097.297	3.548.948	2.538.275	75.977	30.504.534	152.777.580
Aquisições e Baixas	4.125.512	16.108.579	624.652	1.978.764	594.286	1.789.593	119.401	5.612.933	30.953.720
Depreciações	(0)	(5.208.248)	(31.966)	(877.607)	(484.380)	(1.349.800)	(58.857)	(55.962)	(8.066.820)
Saldos 31 de dezembro 2015	25.424.241	100.266.482	940.355	6.198.454	3.658.854	2.978.068	136.521	36.061.505	175.664.480
Custo do Imobilizado	25.424.241	142.018.012	1.200.140	11.745.243	8.376.315	9.336.759	744.853	36.389.217	235.234.780
Depreciação Acumulada	(0)	(41.751.530)	(259.785)	(5.546.789)	(4.717.461)	(6.358.691)	(608.332)	(327.712)	(59.570.300)
Valor Residual	25.424.241	100.266.482	940.355	6.198.454	3.658.854	2.978.068	136.521	36.061.505	175.664.480

b) Intangível - Os ativos Intangíveis são contabilizados pelo custo de aquisição, deduzidos da amortização do período, inicialmente reconhecidos pelo valor líquido contábil, sendo que os intangíveis estão reavaliados com base em laudos de empresas especializadas e de peritos até 2007, conforme parâmetros estabelecidos na vigente época. As amortizações do intangível foram calculadas pelo método linear, levando-se em consideração o período estimado de seus benefícios para as suas atividades.



	Intangível	Softwares	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2014		6.331	6.331
Aquisições		13.707	13.707
Amortizações		(6.468)	(6.468)
Saldos em 31 de dezembro de 2014		13.570	13.570
Custo do Intangível		55.575	55.575
Amortização Acumulada		(42.005)	(42.005)
Valor Residual		13.570	13.570
Saldos em 1º de janeiro de 2015		13.570	13.570
Aquisições		128.546	128.546
Amortizações		(29.670)	(29.670)
Saldos em 31 de dezembro de 2015		112.446	112.446
Custo do Intangível		181.521	181.521
Amortização Acumulada		(69.075)	(69.075)
Valor Residual		112.446	112.446

NOTA 07 - OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO (PASSIVO CIRCULANTE)

Este grupo está composto pelo seu valor nominal, original e representa o saldo das contas de fornecedores de material e serviços em geral, obrigações fiscais empregatícias, tributárias e outras obrigações, bem como as provisões sociais.

Contas a Pagar	31/12/2015	31/12/2014
Fornecedores a Pagar	1.721.949	2.184.444
Impostos Retidos a Recolher	11.705	15.436
Encargos da Folha de Pagamento a Pagar	1.762.280	1.526.523
Salários a Pagar	3.191.384	2.827.435
Financiamentos a Pagar	23.299	0
Entidade Congêneres a Pagar	0	1.951.359
Seguros a Pagar	24.330	20.707
Depósitos Não Identificados	491.955	370.661
Fundos em Confiança	166.334	126.488
Total a Pagar Líquido	7.393.236	9.023.053

NOTA 08 - REALIZÁVEL A LONGO PRAZO (PASSIVO NÃO CIRCULANTE)

A Instituição não recolhe e deixou de realizar o provisionamento do PIS Sobre a Folha de Pagamento, por ter isenção sobre essa Contribuição com base do Transito em Julgado do Processo nº 2005.70.00.011625-7 de Imunidade do PIS Sobre a Folha de Pagamento.

Passivo Não Circulante	31/12/2015	31/12/2014
Realizável a Longo Prazo		
Obrigações Tributárias	0	71.768
Total Realizável a Longo Prazo	0	71.768



NOTA 09 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido do Superávit do Exercício conforme consta na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

NOTA 10 - REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS

Conforme a Resolução 1.292/10 e NBC TG 01, a entidade, através de deliberação de diretoria, entendeu a não necessidade de testar a recuperabilidade dos ativos no exercício de 2015, pois o mesmo foi discutido e constatou-se que esses ativos encontram-se registrados corretamente, pois foram avaliados a valor de mercado neste exercício de 2015. Para o exercício de 2016 a entidade poderá determinar a vida útil dos bens existentes no Ativo Imobilizado e Intangível, bem como poderá realizar o diagnóstico da necessidade de realização da Provisão para Perdas - Impairment, das demais contas, visando atender a Lei 11.638/07 e os Pronunciamentos Contábeis Técnicos CPC 01, CPC 04 e CPC 27.

NOTA 11 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC) - MÉTODO UTILIZADO INDIRETO

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade CFC Nº. 1.125/08 que aprovou a NBC TG 3 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e também de acordo com a Resolução 1.152/09 que aprovou a NBC TG 13.

NOTA 12 - PROVISÃO PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES

A Instituição possui processos em andamento de natureza trabalhista e tributária. As respectivas provisões para contingências, quando necessárias, são constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos para os processos cuja possibilidade de perda foi avaliada como provável. Quando necessário, foram efetuados depósitos judiciais. Em atendimento a Resolução CFC 1.180/09, e respaldado por documento recebido da Assessoria Jurídica, constando os processos administrativos, trabalhistas e tributários, que a entidade possui e a situação provável com suficiente segurança das perdas desses valores, constituímos uma provisão para contingências passivas, reconhecidas contabilmente as quais demonstramos abaixo a situação em 31 de dezembro de 2015:

Provisões	31/12/2015	31/12/2014
Provisões Férias e Encargos	1.460.364	1.074.074
Provisões Trabalhistas	959.459	893.924
Provisões Jurídicas e Cíveis	516.122	627.307
Provisão para Contingências	1.567.634	1.730.443
Total de Provisões	4.503.579	4.325.748

NOTA 13 - RECEITAS

A Receita Bruta Operacional corresponde ao montante de receitas da atividade preponderante da instituição conforme descrito no artigo 14, I, do Estatuto Social e é formada pelos seguintes grupos:

- Receitas de Mensalidade dos Alunos Pagantes (Lei nº 12.101/2009 alterada pela lei 12.868/2013, lei nº 9.870/1999 e lei nº 9.394/1996;
- Mensalidades Concedidas em Bolsa de Estudos (Lei nº 12.101/2009 alterada pela lei 12.868/2013, lei nº 9.870/1999, lei nº 9.394/96 e Art. 31 do Decreto nº 8.242/2014)
- Deduções: Descontos Incondicionais; Bolsas de Estudos Concedidas, Dissídios Coletivos e Devoluções de Serviços Recebidos. (Artigo 187 Lei nº 6.404/1976);



- d) Doações, Subvenções (ITG 2002) e Outros Serviços Educacionais referentes a Serviço de Secretaria e Cursos Livres.

NOTA 14 - OUTRAS RECEITAS / DESPESAS

Conforme a Resolução 1.152/09 e 1.157/09 e a Lei nº. 11.941/09 as receitas e despesas não operacionais foram classificadas no Grupo "Outras Receitas / Despesas" no grupo operacional e não após a linha do "resultado operacional". Abaixo descrevemos os valores que compõem este grupo:

Outras Receitas	31/12/2015	31/12/2014
Contas Reavidas de Exercício Anteriores	120.976	110.256
Depósitos Bancários Não Identificados	120.013	174.319
Reversões de Provisões	3.129.120	6.583.587
Outras Receitas	569.257	1.161.423
Total de Outras Receitas	3.939.366	8.029.585

Outras Despesas	31/12/2015	31/12/2014
Contas Incobráveis	1.655.539	514.056
Despesas do Exercício Anterior	256.887	79.940
Outras Despesas	1.428.848	1.510.397
Total de Outras Despesas	3.341.274	2.104.393

NOTA 15 - DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

A Demonstração do Resultado do Exercício foi elaborada de acordo com o artigo 187 da lei nº 6.404/1976 atualizado pela Lei nº 11.941/2009.

O superávit do exercício de 2014 foi incorporado ao Patrimônio Social e o Superávit de 2015 será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução 1.409/2012 que aprovou a ITG 2002 em especial no item 15 que descreve que o valor do superávit ou déficit deve ser incorporado ao Patrimônio Social.

NOTA 16 - COBERTURA DE SEGUROS

Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a entidade adota a política de contratar cobertura de seguros de vida e contra acidentes pessoais e seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros considerando a natureza de sua atividade e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil da Continuidade.

NOTA 17 - IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

Em virtude da Instituição ser sem fins lucrativos, e por força do Art. 150, Inciso VI, alínea "C" e parágrafo 4º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, a entidade goza de imunidade à incidência dos impostos federais, estaduais e municipais tais como: Imposto Sobre Renda - IR, Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana - IPTU, Imposto Territorial Rural – ITR, Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI, Imposto sobre



Operações Financeiras - IOF, Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN e Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviço - ICMS.

NOTA 18 - DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

A Instituição não distribuiu resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto, bem como, seus dirigentes, conselheiros, sócios e demais beneméritos, não perceberam vantagens ou benefícios, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes fossem atribuídas pelos respectivos atos constitutivos, no exercício de 2015 e 2014.

NOTA 19 - CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDAS (ISENTAS)

a) Contribuição Previdenciário para o INSS

Conforme o Art. 29 da Lei nº 12.101/2009 alterada pela lei 12.868/2013, a entidade beneficente certificada fará jus à isenção do pagamento das contribuições previdenciárias de que tratam os Art. 22 e 23 da lei nº 8.212/1991.

A seguir demonstraremos as contribuições sociais usufruídas e o montante que não é pago em 2015:

Descrição	Educação	Sustentáveis	Total
Folha de Salários - 20%	13.126.818	532.627	13.659.445
Serviços de Autônomos e Individuais - 20%	129.232	5.430	134.662
RAT/SAT(1%, 2% ou 3%)	1.319.457	55.143	1.374.600
Terceiros (4,5% - Educação)	2.930.027	116.589	3.046.616
PIS	205.613	1.790	207.403
Total	17.711.147	711.579	18.422.726

Nota: * O RAT pode variar de 1% a 3%, dependendo do grau de risco de cada Entidade.

Nota: ** Algumas entidades podem ter o percentual de terceiros de 4,5%.

b) PIS/PASEP e COFINS

Em relação a contribuição para o Programa de Integração Social – PIS, calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1%, de acordo com a Lei 9.532/97 que trata o Art. 13 Medida Provisória 2.158-35/2001, a Instituição possui isenção com base no Processo número 2005.70.00.011625-7 que transitou em julgado em 01 de julho de 2014, e goza do benefício por não incidência da COFINS sobre as receitas relativas às atividades próprias da Entidade, de acordo com a Lei 9.178/98

c) Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL

Quanto a Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL, entendemos que é inaplicável às entidades sem fins lucrativos, pois, não possuem “lucro” conforme conceituação da legislação tributária, sendo impossível aplicar sua regra de incidência por ausência de base de cálculo. Vale afirmar que essas entidades possuem, eventualmente, SUPERÁVIT, o que não se confunde com lucro. Entendemos que qualquer entidade Sem Fins Lucrativos não estaria sujeita à incidência desta Contribuição Social sobre Lucro. A Contribuição Social é isenta conforme o Decreto 76.186/75, os artigos 167 e 174 do Regulamento do Imposto de Renda – RIR aprovado pelo Decreto 3.000/99.



NOTA 20 – OBRIGAÇÕES DA EDUCAÇÃO PARA FINS DE CERTIFICAÇÃO

Conforme determinação do Art. 40 da Lei nº 12.101/09, alterada pela lei nº 12.868/2013 e o Decreto nº 8.242/2014 a Instituição já procedeu com o cadastramento no Ministério da Educação, pelo site do SISCEBAS (<http://cebas.mec.gov.br/>). A Instituição Educacional mantém seu cadastro atualizado no EDUCACENSO (Dados do Censo Escolar da Educação Básica) e no E-MEC.

Os serviços de educação desenvolvidos pela Instituição são atividades de inserção ou proteção nas Políticas Públicas de Educação (Plano Nacional de Educação - PNE) em adequação com a Lei de Diretrizes e Bases (lei nº 9.394/1996) nas quais está inserida e como consequência, por elas, regulamentadas.

NOTA 21 - DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO DE BOLSAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Em atendimento ao artigo 13 da Lei nº 12.101/2009, alterada pela lei nº 12.868/2013 (Educação Básica) e Decreto nº 8.242 de 2014, a instituição deve conceder bolsas de estudo nas seguintes proporções:

- a) Concede anualmente bolsas de estudo na proporção de 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 5 (cinco) alunos pagantes da educação básica;
- b) Concede no mínimo, 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 9 (nove) alunos pagantes da educação básica;
- c) Concede bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento), quando necessário para o alcance do número mínimo exigido.

Educação Básica	Qtde* 2015	Qtde* 2014
Alunos Matriculados	23.754	23.213
Alunos com Bolsa Integral	2.739	2.575
Alunos Pagantes [Alunos Matriculados (-) Alunos Bolsa Integral]	21.015	20.638
Alunos com Bolsa Integral Necessários (Relação 1 para 9) [Alunos Pagantes / 9]	2.335	2.294
Saldo Excedente de Alunos (Relação 1 para 9) [Alunos Necessários (-) Alunos com Bolsa Integral]	404	281

Educação Básica	Qtde* 2015	Qtde* 2014
Alunos Necessários (Proporção 1 para 5) [Alunos Pagantes / 5]	4.203	4.128
Alunos com Bolsa Integral	2.739	2.575
Alunos com Bolsa Parcial Necessários (Proporção 1 para 5) [(Alunos Necessários (-) Alunos com Bolsa Integral) X 2]	2.928	3.106
Alunos com Bolsa Parcial 50%	3.039	3.159
Saldo Excedente de Alunos (Relação 1 para 5) [Alunos com Bolsa Parcial Necessários (-) Alunos com Bolsa Parcial]	111	53

(*) Quantidades no Final do Ano Letivo 2015 e 2014

(**) Os alunos bolsistas se enquadram nos critérios da Lei 12.101/2009

(***) Não foram excluídos os inadimplentes das quantidades.

I - A instituição concedeu 404 (quatrocentos e quatro) Bolsa Integrais em 2015 e 281 (duzentos e oitenta e uma) Bolsas Integrais em 2014 a mais do que o necessário para cumprir a obrigação da proporção de 1 (uma) Bolsa Integral para cada 9 (nove) alunos pagantes.



II – A instituição concedeu 111(cento e onze) Bolsas Parciais de 50% em 2015 e 53 (cinquenta e três) Bolsas Parciais de 50% em 2014 a mais que o necessário para cumprir a obrigação da proporção de uma Bolsa Integral para cada 5(cinco) alunos pagantes.

NOTA 22 - DA CONCESSÃO DOS RECURSOS EM ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO BÁSICA

A Instituição, em conformidade com o Art. 13 da Lei nº 12.101/2009 alterada pela lei nº 12.868/2013 e Decreto nº 8.242 de 2014, oferece bolsas educacionais para alunos de baixa renda, comprovadamente em situação de vulnerabilidade social, na forma da Lei (Art. 14 e 15 da Lei nº 12.101 de 2009 alterada pela lei nº 12.868 de 2013).

A receita base da educação básica para apuração da obrigação mínima dos 20% foi elaborada conforme a interpretação literal do Art. 13 da Lei nº 12.101/09 .

As aplicações em gratuidades educacionais para os exercícios de 2015 e 2014 na Educação Básica estão demonstradas a seguir:

Rubricas Contábeis	2015	2014
Anuidades em Educação Básica	153.456.330	134.665.816
(+) Valores Recebidos dos Anos Anteriores	3.863.360	3.863.833
(-) Parcelas Devolvidas	0	0
(-) Bolsas de Estudo Integrais	(17.662.947)	(15.310.740)
(-) Bolsas de Estudo Parciais 50%	(10.317.433)	(9.459.024)
(-) Bolsa Funcional de Dissídio Coletivo	(3.133.426)	(2.304.418)
(-) Desconto Incondicionais	(11.742.096)	(10.643.217)
(-) Inadimplência	(6.329.960)	(5.972.714)
Receita Líquida – Base de Cálculo Gratuidade	120.793.748	94.839.536
Valor Aplicado Gratuidades – Filantropia	27.980.380	24.769.764
Percentual Aplicado	25,88%	25,01%

Receita	2015	2014
(+) Receita Total	153.456.330	134.665.816
(+) Valores Recebidos dos Anos Anteriores	3.863.360	3.863.833
(-) Deduções	(42.855.902)	(37.717.399)
(-) Inadimplência	(6.329.960)	(5.972.714)
(=) Receita Líquida – Base de Cálculo Gratuidade	108.133.828	94.839.536
(-) Obrigação – 20% sobre a Receita Efetivamente Recebida	(21.626.766)	(18.967.907)
(+) Gratuidade Concedida	27.980.380	24.769.764
(=) Gratuidade Concedida a Maior que a Obrigação	6.353.614	5.801.857



NOTA 23 - DEMONSTRATIVO DE BOLSAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

A Instituição não firmou convênio com o Programa Universidade para Todos – PROUNI em 2015, de acordo com a Lei nº 11.096 de 2005, onde a regra é conceder bolsa integral para 1 (um) aluno de cada 9 (nove) alunos pagantes.

A Instituição, em observância ao artigo 13-B da lei nº 12.101/2009 alterada pela lei nº 12.868/2013 e Decreto nº 8.242 de 2014, para fins de concessão e de renovação da certificação, a entidade que atua na Educação Superior que não aderiu ao Programa Universidade para Todos - PROUNI, na forma do caput do Artigo 11 da Lei nº 11.096 de 2005, deverá atender às condições previstas no artigo 13-B da Lei nº 12.101/2009 alterada pela lei nº 12.868/2013 e Decreto nº 8.242 de 2014, que regulamenta que a Instituição deve conceder bolsas de estudo nas seguintes proporções:

- a) Concede anualmente bolsas de estudo na proporção de 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 4 (quatro) alunos pagantes no Ensino Superior;
- b) Concede no mínimo, 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 9 (nove) alunos pagantes no Ensino Superior;
- c) Concede bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento), quando necessário para o alcance do número mínimo exigido.

Educação Superior	Qtde* 2015	Qtde* 2014
Alunos Matriculados da Graduação	292	225
Alunos Matriculados da Pós-graduação	171	61
Alunos com Bolsa Integral – PROUNI	3	8
Alunos com Bolsa Integral – INSTITUIÇÃO	118	69
Alunos Pagantes [Alunos Matriculados (-) Alunos Bolsa Integral]	342	209
Alunos com Bolsa Integral Necessários (Relação 1 para 4) [Alunos Pagantes / 4]	86	53
Saldo Excedente de Alunos (Relação 1 para 4) [Alunos com Bolsa Integral (-) Alunos Necessários]	35	24

I - A instituição concedeu 35 (trinta e cinco) Bolsas Integrais em 2015 e 24 (vinte e quatro) Bolsas Integrais em 2014 a mais do que o necessário para cumprir a obrigação da proporção de 1 (uma) Bolsa Integral para cada 4 (quatro) alunos pagantes.



NOTA 24 – DEMONSTRAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DO ENSINO SUPERIOR

As aplicações em gratuidades educacionais para os exercícios de 2015 e 2014 no Ensino Superior, foram em conformidade com o artigo 13-B da Lei nº 12.101 de 2009 e estão demonstradas a seguir:

Rubricas Contábeis	2015	2014
Anuidades da Graduação	2.421.219	1.903.995
Anuidade da Pós-graduação	298.483	275.790
Anuidades no Ensino Superior – FIES	798.982	362.747
(-) Bolsas de Estudo – PROUNI	(34.012)	(38.041)
(-) Bolsas de Estudo Integrais – Instituição	(842.847)	(947.939)
(-) Bolsas de Estudo Parciais 50% - Instituição	(65.077)	(102.202)
(-) Desconto Incondicionais	(239.137)	(32.125)
Receita Líquida – Base de Cálculo Gratuidade	2.337.611	1.422.225
Valor Aplicado Gratuidades – Filantropia	941.936	1.088.182
Percentual Aplicado	40,29%	76,51%

Receita	2015	2014
(+) Receita Total	3.518.684	2.542.532
(-) Deduções	(1.181.073)	(1.120.307)
(=) Receita Líquida – Base de Cálculo Gratuidade	2.337.611	1.422.225
(-) Obrigação – 20% sobre a Receita Efetivamente Recebida	(467.522)	(284.445)
(+) Gratuidade Concedida	941.936	1.088.182
(=) Gratuidade Concedida a Maior que a Obrigação	474.414	803.737

Curitiba, 31 de dezembro de 2015.

Carlos Alberto Blotz

Contador

CRC/PR 047958/O-1

CPF 019.579.789-29



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

À Diretoria da
INSTITUIÇÃO ADVENTISTA SUL BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO
Curitiba – PR

1. Examinamos as demonstrações financeiras da INSTITUIÇÃO ADVENTISTA SUL BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do Superávit ou Déficit, das Mutações do Patrimônio Social e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2. A Administração da INSTITUIÇÃO ADVENTISTA SUL BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

3. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.
4. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
5. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

OPINIÃO

6. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da INSTITUIÇÃO ADVENTISTA SUL BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO em 31 de Dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.



OUTROS ASSUNTOS

7. Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior – Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós, conforme relatório datado de 29 de Abril de 2015, o qual não conteve qualquer modificação.

Porto Alegre, 28 de abril de 2016

Mauro Schmitt Soares
Contador CRC RS-084055/O-5 S-PR
CPF 280.474.350-00

TSA Auditores Associados Sociedade Simples
CRC RS-004240/O-1 S-PR
CNPJ 05.750.330/0001-18



DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e do Relatório dos Auditores Independentes

Após exame das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, bem como do Relatório da TSA Auditores Independentes, a diretoria declarar que:

- a) reviu, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015; e
- b) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no Relatório de Auditoria Independente emitido pela TSA Auditores Associados.

Curitiba, 28 de abril de 2016.

Marlinton Souza Lopes
Presidente

Charles Edson Rampanelli
Diretor

Edson Erthal de Medeiros
Administrador